Escalada Gaza-Israel: acabem com a violência agora, depois trabalhem para acabar com a ocupação, dizem especialistas da ONU

GENEBRA (18 de maio de 2021) - Especialistas em direitos humanos da ONU * exortaram a comunidade internacional a exigir o fim imediato da violência em Gaza e Israel e a agir de forma decisiva para lidar com a fonte subjacente do conflito: a negação dos direitos coletivos e individuais do povo palestino.

"Esta violência mais recente tem um padrão deprimente e familiar", disseram os especialistas. "Israel e grupos armados palestinos em Gaza trocaram mísseis e foguetes após a desapropriação e a negação de direitos no território palestino ocupado, com o poder de fogo muito maior de Israel infligindo um número muito maior de mortos e feridos e uma escala muito maior de destruição de propriedade."

Na segunda-feira, pelo menos 211 palestinos em Gaza, incluindo pelo menos 59 crianças, foram mortos, junto com 10 israelenses, incluindo duas crianças. Pelo menos 10 palestinos na Cisjordânia protestando contra a violência em Gaza também foram mortos pelas forças de segurança israelenses. Quase 40.000 palestinos foram deslocados de suas casas, abrigados em complexos da ONU.

"O disparo de mísseis e projéteis por Israel em áreas densamente povoadas de Gaza - particularmente com o aumento do número de civis e destruição de propriedades - constituem ataques indiscriminados e desproporcionais contra civis e propriedades civis. Esses ataques provavelmente violam as leis de guerra e constituem um crime de guerra ", disseram os especialistas.

"Da mesma forma, o lançamento de foguetes por grupos armados palestinos deliberada ou imprudentemente em áreas urbanas israelenses provavelmente viola o direito internacional e pode ser considerado um crime de guerra. Os grupos armados em Gaza também devem ser responsabilizados por não tomarem as precauções adequadas para proteger a população civil e propriedades civis sob seu controle contra os efeitos dos ataques.

"Ambos os lados devem cumprir estritamente suas responsabilidades de acordo com o direito internacional, especialmente a de proporcionalidade e necessidade. Não há justificativa, incluindo contra-terrorismo ou autodefesa, para justificar uma abdicação indiscriminada das obrigações das Partes de obedecer estritamente ao direito internacional humanitário. As ações tanto de Israel quanto dos grupos armados palestinos devem ser assunto para o Tribunal Penal Internacional investigar".

Em particular, os deveres de Israel como potência ocupante exigem que a ajuda humanitária - incluindo alimentos, combustível e suprimentos médicos - entre sem impedimentos em Gaza, disseram os especialistas. Novos relatórios indicam que o suprimento de combustível em Gaza está quase totalmente esgotado.

Os especialistas condenaram o ataque israelense a um prédio de apartamentos civis que abrigava os escritórios de várias agências internacionais de notícias. "A violência ou ameaça de violência contra

jornalistas, especialmente aqueles que fazem reportagens em uma zona de conflito, viola a liberdade de expressão e o direito da mídia de reportar sem impedimentos”, disseram eles.

Gaza está sob um bloqueio abrangente de Israel, que já dura 14 anos. Recentes secretários-gerais das Nações Unidas chamaram isso de forma de punição coletiva, um ato proibido pela Quarta Convenção de Genebra.

“O mundo deveria estar profundamente preocupado com a deterioração das condições humanitárias em Gaza”, disseram os especialistas em direitos humanos. "O mais alarmante é que seu sistema de saúde está colapsado. Sem equipamentos, remédios e pessoal treinado. O sistema está sofrendo com a devastação causada pela pandemia de COVID-19. E agora, está tentando tratar os mais de 2.000 palestinos feridos durante esta última escalada de violência."

Os especialistas lamentam profundamente que a comunidade internacional não tenha agido com mais unidade e mais sucesso para pôr fim imediato à violência. Em particular, a incapacidade do Conselho de Segurança da ONU de emitir uma declaração após três reuniões é uma abdicação do dever. Eles observaram que os Estados Unidos falharam em empregar sua relação especial com Israel, com quem desfruta de uma estreita aliança militar e diplomática, para impor um cessar-fogo imediato.

"A realidade subjacente é que existe uma potência ocupante, com um dos exércitos mais bem equipados do mundo, governando sobre pessoas que têm o direito de serem libertadas de um regime estrangeiro indesejado que prolongadamente ocupa seu território", disseram eles. “Esta luta é profundamente desigual. A ocupação israelense de 54 anos - já é a ocupação mais longa do mundo moderno - está se tornando ainda mais arraigada e ainda mais abusiva dos direitos humanos fundamentais.

"Depois que o último míssil desta violência atual for disparado, e depois que as lágrimas do último funeral forem derramadas, a responsabilidade deve subir ao topo da agenda das Nações Unidas. A comunidade internacional deve garantir que Israel, a potência ocupante, cumpra integralmente as mais de 30 resoluções do Conselho de Segurança da ONU e as centenas de resoluções da Assembleia Geral que viola.

“Os inimigos da responsabilidade são a impunidade e o excepcionalismo”, disseram os especialistas. “É tolice esperar que a justiça, paz, igualdade e segurança que tanto os árabes palestinos quanto os judeus israelenses têm o direito de desfrutar possam ser alcançados sem impor um custo significativo a Israel, a potência ocupante, para encerrar totalmente sua ocupação ilegal.

"É necessário um novo manual diplomático, que deixe para trás a realpolitik. Uma abordagem baseada em direitos deve guiar a diplomacia da comunidade internacional para garantir uma solução justa e durável."

FIM

*Os especialistas: Sr. Michael Lynk, Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Território Palestino ocupado desde 1967. Sr. Clément Voule, Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação. Sr. Morris Tidball-Binz, Relator Especial para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. Sra. Fionnuala Ní Aoláin, Relatora Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos no combate ao terrorismo. Sra. Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito à Educação.